



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INDÍGENAS SOB DOIS PONTOS DE VISTA: CAMINHA E GÂNDAVO

Bruno Santos Melo

Universidade Estadual da Paraíba – bsantasmelo@hotmail.com

Resumo: Partindo da importância que tem/teve o indígena para construção histórico-social do nosso país, o presente artigo se detém em abordar, por meio de uma análise comparativa, a maneira singela e ingênua com que o índio é apresentado na *carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha, e o índio como guerreiro, possuidor de sua cultura e costumes próprios, capaz de lutar em prol de suas terras, e sendo visto como cruel e vingativo, na *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo. Será abordado também a possível classificação dos escritos em questão como crônicas históricas ou literatura – em seu sentido amplo ou restrito –, já que a função principal dos referidos textos era tornar o rei conhecedor da “descoberta”. Temos como pressupostos teóricos Bosi (2004), Castello (1960) e Kothe (1997).

Palavras-chave: Descobrimto, Colonização, Indígena, Literatura de Informação.

INTRODUÇÃO

Em 1500, devido às grandes navegações e conquistas de territórios, Portugal desenvolvia a crônica histórica e informativa, nas quais predominavam relatos em que se percebia claramente o anseio por riquezas e poder.

Nesse mesmo ano, houve o *descobrimento* do Brasil, que é, sem dúvidas, cercado de mistérios e incertezas, inclusive em seus registros históricos e literários. Como nos traz Castello (1960, p. 11), “O estudo das literaturas americanas – e em particular o da literatura brasileira – apresenta problemas específicos, o que é uma decorrência de sua formação de fundamento...”. Por serem os *descobridores* portugueses, e à falta de conhecimento da escrita por parte dos índios, não podemos dizer que nesse período há uma literatura puramente brasileira – pois não fora produzida por nativos brasileiros, mas por **portugueses em terras brasileiras**, o que dificulta o conhecimento acerca da colonização do ponto de vista do colonizado. A literatura informativa se pode caracterizar como escritos que tinham por função maior levar a Corte portuguesa a se tornar conhecedora de uma terra recém-descoberta. Sobre ela Kothe (1997, p. 253) afirma que:

A literatura informativa converteu o desconhecido do “Novo Mundo” ao aparentemente conhecido do “Velho Mundo”, em que a diferença do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

primeiro foi em geral reduzida à identidade do segundo, aos seus pressupostos inconscientes. Sob a aparência de informar, constituiu um discurso a ocultar dados e fatos fundamentais do processo de tomada do continente dito “americano”.

Essa *conversão* do “Novo Mundo” para o então já conhecido “Velho Mundo” dá-se pelo fato de que os autores de textos informativos, que endereçaram ao Rei de Portugal cartas descrevendo a terra, para fazê-lo conhecê-la de forma mais clara, usam, o tempo inteiro, de comparações com coisas já conhecidas do Rei, facilitando assim a compreensão. Por tal motivo, é possível associar a visão de Kothe (1997) com essa *desvalorização* da terra descoberta, não voluntariamente, pois se não houvesse essa mutabilidade de palavras, seria impossível haver compreensão por parte do Rei. Podemos observar isso claramente quando Gândavo (1980, p. 13) informa a D. Manuel sobre uma fruta: “A fruta della se chama bananas. Parecem-se na feição com pepinos, e crião-se em cachos”.

Independentemente de haver nesse período uma literatura nativista ou não, é necessário que haja valorização e respeito por esses documentos *estrangeiros*, pois mesmo que “partidários”, são eles que nos tornam conhecedores de nossa história.

É importante levar em consideração que, nesse período, a Europa já passava do feudalismo ao capitalismo, e a sociedade tornava-se mercantilista; por tal motivo, os reis estavam sempre em busca de mais riquezas e a exploração de terras era um meio pelo qual poderiam alcançá-las, através do processo de expansão marítima. O Brasil foi um ótimo ensejo, já que a preocupação era a aquisição de capital para suprir a necessidade do comércio, que crescia incontrolavelmente por toda a Europa.

METODOLOGIA

Partindo das leituras dos textos em questão e de textos teóricos acerca da temática, temos como principal objetivo analisar, de forma comparativa, a carta de Pero Vaz de Caminha e a *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo, mais



especificamente a maneira como o índio é retratado por ambos os autores, as peculiaridades – se assim houver – e as divergências

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. *Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*

Popularmente conhecida como “A Carta de Caminha”, é denominada por Bosi (2004) como “certidão de nascimento do Brasil”. O documento foi redigido em 1 de maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, porém, só publicada em 1817, pelo padre Manuel Aires de Casal, na sua *Corografia Brasílica*. Trata-se de uma espécie de *diário de bordo*, como faziam os navegadores, acerca de suas experiências em alto mar.

Em sua primeira página a carta traz: “e creia que bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.” (CAMINHA 1963, p. 1) Por aqui, cria-se uma noção de que tudo que há de ser relatado será de fato verdadeiro, sem aumentos ou diminuições. Porém, não se pode saber se os fatos descritos por ele são realmente verdadeiros, primeiro por não existir nenhum registro por nativos brasileiros, segundo, por não haver nenhuma prova que confirme a legitimidade dos fatos. Caminha traz à tona o que via: os habitantes, a fauna, a flora etc.

Daí surge a questão: a carta é literatura ou não? Kothe (1997) não considera a carta como literatura e muito menos brasileira, pelo fato de não ter sido produzida por um brasileiro, porém podemos classificá-la como literatura em seu “sentido genérico” (KOTHE 1997, p. 254) pelo fato de que ela fala sobre determinado assunto, porém não é possível enquadrá-la como literatura específica, pois para tal, deve haver em sua composição, ficção. Caminha traz uma linguagem rebuscada, mas em nenhum momento faz uso de ficção, podendo assim, ser denominada literatura, em seu sentido amplo.

No que diz respeito ao indígena, em um primeiro contato com os portugueses, é perceptível que houve certo receio por ambas as partes, pois, ao aportar à costa com o batel,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

alguns índios vieram ao encontro e trouxeram consigo arcos e flechas, porém, receberam um sinal por parte de Nicolau Coelho e baixaram as armas. Após isso, passa a haver um contato mutuamente amistoso, mesmo com o receio de ambas as partes:

Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio. (CAMINHA 1963, p.2).

Percebemos que os portugueses oferecem várias futilidades aos indígenas, os quais se deixaram iludir por coisas desconhecidas para eles, e realmente, o que não é conhecido fascina.

Após chegar à noite, o piloto de um dos bateis leva ao capitão-mor dois jovens índios que estavam em uma embarcação observando-os, os quais são recebidos pelo capitão com muita festa. A partir daí, Caminha (1963, p.2) detém-se em fazer uma descrição minuciosa, em riqueza de detalhes da fisionomia indígena: “bons rostos e bons narizes, bem-feitos...”. Está sempre trazendo à tona a beleza das índias, sua higiene, os modos como se pintam, tanto é que muitos portugueses mantinham relações sexuais com as ameríndias. Em relação aos índios, Caminha afirma que eles são de boas feições, fortes e assim como as índias, muito limpos no que diz respeito à higiene, costume que já era conhecido pelos portugueses.

Já dentro do barco e ao chegarem à presença do capitão, são ignorados pelos portugueses por não haverem feito sinal algum de cortesia em respeito aos que ali estavam. Logo fitam os olhos no colar de ouro que estava no pescoço do capitão e apontavam para o colar e para a terra, que Caminha interpreta como que tivesse ouro lá. Apontaram para um castiçal de prata e novamente apontam para a terra, como querendo afirmar que também haveria prata na terra. Em seguida, oferecem-lhes várias coisas para olharem e degustarem, algumas reações foram de espanto e de rejeição, no caso dos alimentos oferecidos. O índio viu também um colar de contas brancas e, como era impossível haver um diálogo através da fala, fez sinal que lhes desse, e lhes foi dado, colocavam no pescoço, no braço e acenam para o



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

colar de ouro que portava o capitão. Caminha (1963, p. 3) diz: “como dizendo que dariam ouro por aquilo”.

Em relação a isso, Kothe (1997) nos traz uma reflexão: como os portugueses interpretaram que os índios dariam ouro pelo colar de contas? Será que eles não poderiam estar apenas comparando os colares pela semelhança? Não havia o entendimento da língua falada pelos indígenas, então, como Caminha chega a essa conclusão? Uma possível resposta pode estar expressa no parágrafo seguinte: “Isto tomávamos nós por assim o desejarmos” (CAMINHA, 1963, p. 3). Cada um vê o que quer; com os portugueses não foi diferente, eles estavam ali como os “olhos do rei”, como já fora dito anteriormente, o comércio se expandia rapidamente pela Europa e a necessidade por riquezas – no caso do mercantilismo, metais preciosos (ouro e prata) – só crescia, portanto, os portugueses que vieram à expedição, viram o que queriam ver: que os índios dariam as riquezas da terra pelas futilidades oferecidas.

A religião é, sem dúvida, algo muito presente na carta, como se pode observar:

Ao sairmos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos em direitura à cruz que estava encostada a uma árvore, junto ao rio, a fim de ser colocada amanhã, sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. (CAMINHA, 1963, p. 9)

Na construção dessa cruz, os índios foram atentos observadores, não exatamente a ela, mas às ferramentas usadas, que por serem instrumentos de ferro, era mais uma novidade (CAMINHA, 1963).

No que diz respeito à religião em si, os nativos já tinham suas crenças, como as divindades da natureza, Tupã (deus trovão) e Jaci (deusa lua). Os portugueses julgavam-se superiores aos índios, e, mesmo sem a possibilidade de falar, comunicavam-se através de gestos, como o de beijar a cruz, que, logo após, foi repetido por alguns indígenas que ali se encontravam. Os costumes religiosos dos portugueses eram tantos, que criam que se houvesse um entendimento mútuo entre gentios (em referência à falta da crença em Cristo) e os homens, logo, haveria a conversão dos indígenas.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na sexta feira, primeiro de maio, houve a primeira missa e ali, estiveram algumas dezenas de indígenas, “assentados todos de joelhos, assim como nós.” (CAMINHA, 1963, p. 10) e toda a liturgia da missa era “imitada” pelos índios, os quais – acabada a cerimônia – convidavam outros: “acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem” (CAMINHA, 1963, p.10). Após isso, os que ainda ali ficaram, receberam do padre uma cruz aos pescoços; antes, eles beijaram-na e ergueram as mãos aos céus como forma de respeito. Caminha (1963) encerra sua carta fazendo uma petição ao rei, que se ele mandar outras pessoas à terra, que não deixe de enviar padres, para batizar os gentios.

2. *História da Província de Santa Cruz, de Pêro de Magalhães Gândavo*

Pero de Magalhães Gândavo cuja obra – possivelmente redigida em 1570 – não foi logo publicada, pois não houve *empreendedor* que o apoiasse financeiramente, fala que a história acerca da província é desvalorizada pelos próprios portugueses, e como na terra não há pessoas dotadas de escrita, ele mesmo escreve: “E se os antigos portugueses, e ainda os modernos nam foram tam pouco affeiçoados à escritura como sam; nam se perderão tantas antiguidades de que agora carecemos...” (GÂNDAVO, 1980, p. 5).

Assim como Caminha, afirma que relatará tudo que foi visto e fará uso de palavras de fácil entendimento, para qualquer um que se interesse, possa ler. E também faz uso das coisas do “Velho Mundo”, como objetos de comparação ao então “Novo Mundo”. Outro fato que merece atenção é o de que antes do prólogo do livro, há um poema de seu amigo, Luís de Camões, poeta renomado e influente, que enaltece o conteúdo do livro, e um soneto direcionado ao “Senhor Dom Lionis”, “patrocinador” do livro de Pero de Magalhães Gândavo”.

O livro de Gândavo evidencia pouco o nativo, porém nele está presente certo ufanismo, pois dedica vários capítulos a falar das frutas, dos legumes, dos animais... uma exaltação a nossa riqueza natural.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Devemos classificar o escrito como literatura, ou não? Assim como na carta de Caminha, pode-se incluí-la em literatura no sentido amplo, por falar de determinado assunto, mas não como literatura em seu sentido específico, pois o autor não faz uso da ficção, por se tratar de um texto informativo.

Em relação ao índio, Gândavo traz-nos não mais um índio ingênuo, mas um nativo que luta pela sua terra:

Junto dellas havia muitos Indios quando os Portuguezes começaram de as povoar: mas porque os mesmos Indios se levantavão contra eles e lhes fazião muitas treições os Governadores e Capitães da terra destruirão-nos pouco a pouco, e matarão muitos deles: outros fugirão pera o sertam e assi ficou a terra desocupada de gentio ao longo das Povoações. (GÂNDAVO, 193, p. 9).

Enquanto Caminha apresentava o índio como indefeso, Gândavo traz uma realidade diferente: um índio que luta pela não ocupação das suas terras, por serem ali os primeiros habitantes; porém os portugueses traziam consigo o poder bélico e dominavam a terra, matando alguns nativos e afugentando os que ali restaram. Percebemos também que os portugueses que aqui já residiam tomavam os índios por escravos, “os quaes forão sempre mui favorecidos e ajudados dos Indios da terra, de que alcançarão muitos infinitos escravos com que grangeão suas fazendas.” (GÂNDAVO, 1963, p. 9).

3. *Dois escritos, duas visões.*

Nos dois textos, mesmo que em diferentes gêneros (epistolar e histórico), existem características semelhantes, mas também distintas; há inúmeras semelhanças em relação à descrição da fauna e da flora, percebemos certo deslumbramento por parte dos portugueses, ao chegarem à terra recém-colonizada, com as frutas, os animais, as águas, a costa, tudo era motivo de espanto e encantamento, ao ponto de sobrar pouco espaço para relatos sobre aqueles que por aqui habitavam. Porém, Gândavo, em seu livro, reserva três capítulos para falar sobre os nativos, e Caminha, ao decorrer da carta endereçada ao rei, descreve também os indígenas, seus costumes, suas feições etc.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O primeiro contato entre portugueses e índios, retratado na carta, foi um contato pacífico; claro que os índios tiveram receio dos homens que vinham chegando, com seus bateis, e nada mais normal que isso, pois geralmente o novo, o desconhecido, desperta receio, mas nada que os fizesse partir para o ataque, tanto é que entenderam o sinal que fez o comandante: “e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.” (CAMINHA, 1963, p. 1).

Enquanto isso, na *História da Província de Santa Cruz*, o índio tem uma primeira apresentação extremamente realista, pois a real intenção dos portugueses era a de realmente dominar a terra e se apossar dos bens que aqui existiam, desprezando todo e qualquer habitante que, porventura, viesse a atrapalhar os objetivos da corte portuguesa, como se vê claramente no trecho:

Junto dellas havia muitos Indios quando os Portuguezes começaram de as povoar; mas porque os mesmos Indios se levantavão contra elles e lhes fazião muitas treições os Governadores e Capitães da terra destruirão-nos pouco a pouco, e matarão muitos deles: outros fugirão pera o sertam e assi ficou a terra desocupada de gentio ao longo das Povoações. Algumas aldeas destes Indios ficarão todavia orredor dellas, que sam de paz e amigos dos Portuguezes (GÂNDAVO, 1963, p. 9)

Partindo desse pressuposto, surge uma questão: se Caminha e Gândavo afirmam que tudo que eles observarem será relatado em seus escritos, por que Caminha não trouxe à tona essa revolta por parte dos índios? Ou será que Gândavo está equivocado? Essas perguntas não são passíveis de resposta, pois, como já fora dito no início do trabalho, nesse período não houve uma literatura brasileira, e sim uma literatura sobre o Brasil, escrita pelos portugueses. Os nativos não escreveram, por questões óbvias, como a falta de acesso ao conhecimento intelectual (escrita, leitura etc...). E, como sabemos, nenhum escrito é totalmente neutro, pois, em torno do que se escreve, há intenções, interesses, sejam eles políticos, sociais, pessoais, econômicos etc. Um exemplo disso é o respeito e reverência que todos os autores demonstravam ao rei. Caminha, por exemplo, aproveita o ensejo, já que ele escreveu acerca da terra para tornar o rei conhecedor do *descobrimento*, e acha justo que mereça uma mercê: “Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

me fazer singular mercê mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê.” (CAMINHA, 1963, p. 10)

Outro ponto importante, em relação ao indígena, é a religião; tanto Caminha quanto Gândavo consideram os índios como seres incrédulos, descrentes. Mas sabemos que, na verdade, o interesse que rodeava a catequização dos índios iria além disso; primeiro, Gândavo (1980, p. 25) aponta a possível causa da “falta de ordem”: “carece de três letras, convem a saber, nam se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto porque assi nam têm Fé nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medido.”.

E Caminha (1963) traz também que os índios são incrédulos, desprezando a cultura já existente e tomando a sua como digna de salvação. A catequização enfraqueceu muito os costumes indígenas; coisas que eram vistas pelos portugueses como repugnantes e “obras do demônio”, a exemplo da poligamia, incesto, antropofagia, nudez... tudo foi abolido, tornando os nativos europeizados, no que diz respeito a costumes. Índios catequizados se tornariam mais passíveis ainda de dominação e escravização, como se vê em Gândavo (1980).

Ambos trazem o índio como um ser robusto, bem afeiçoado, esforçado, porém, no que diz respeito à personalidade, aparece outra divergência. Caminha mostra os nativos como os ingênuos, sem maldade, ao ponto de compará-los com Adão, mas Gândavo fala de um índio violento, desonesto, preguiçoso – vale ressaltar que o trabalho do índio, logicamente, era diferente do europeu, o labor dava-se na pesca, caça etc. –, e reforça a ideia de violência, do “matar gente”, dados à sensualidade, por conta da nudez; ele pode ter achado que entre os índios não haveria pudor, mas isso foi visto por Caminha não como um ato libidinoso, mas sim como um costume: “Pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas.” (CAMINHA, 1963, p. 2); tanto é que ele torna várias vezes a dizer isso, mas não de forma irônica ou preconceituosa, é como se ele entendesse que os índios viviam assim por pura inocência, pois se tivessem noção, cobririam suas “vergonhas”, um costume europeu. Para ambos os escritores, o contato com o “Novo mundo” foi chocante, ao ponto de que, com



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

tão pormenorizadas descrições e qualidades atribuídas à terra, chega a parecer o próprio paraíso: bons ares, boa terra, inúmeras árvores, animais etc.

Gândavo mostra que os portugueses exploravam os índios, ao relatar a violência cometida por um lusitano contra um ameríndio, que teve sua casa invadida e ateadada fogo, por negar-se à escravidão, porém vê-se também que, mesmo após a violência sofrida, o índio tenta defender-se:

E foi que tendo os portuguezes rendida huma aldêa [...] chegaram a huma casa para fazerem presa aos inimigos [...] e que por nem huma via se queriam entregar, [...] hes haviam de pôr fogo à casa [...] Neste mesmo tempo e logar, deu hum Portuguez hum atam grande cutilada a hum Indio que quase o cortou pelo meio: o qual caindo no chão já como morto antes que acabasse de respirar lançou mão a huma palha que achou a diante de si, e atirou ao que o matara... (GÂNDAVO, 1980, p. 30)

Acerca das riquezas da terra, Caminha fala que não viu material precioso, como ouro, prata, entre outros. Mas Gândavo diz que na terra há metais preciosos, porém é como se não houvesse valor algum para os nativos, pois “vivem livres de toda a cobiça e desejo desordenado de riquezas.” (GÂNDAVO, 1980, p. 27), objetivo dos portugueses ao explorarem as terras. Todos os índios vivem de forma igualitária e de acordo com a natureza.

A principal divergência entre Gândavo e Caminha, no que diz respeito ao índio, pode se caracterizar pelo fato de que o primeiro conviveu entre as tribos, enquanto Caminha apenas observou dos bateis os ameríndios, e, juntamente com as experiências trazidas pelos degredados, ele escrevia seus relatos, o que pode ser um motivo para as diferentes impressões indígenas. Por ter convivido *in loco* com os nativos, Gândavo pode observar claramente seus costumes e práticas, inclusive o da guerra, a que dedica um capítulo inteiro de seu livro, tratando de como se davam as táticas, as mortes e trazendo à tona novamente a ideia de crueldade, em grande parte do relato sobre os índios:

Mas afora desta pusilanimidade a que estam sujeitos, sam mui atrevidos, como digo, e tam confiados em sua valentia, que nam há forças de contrários tam poderosas que os assombrem, nem que os façam desviar de suas barbaras e vingativas tenções.(GÂNDAVO, 1980, p.29)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Outro fato também marcado por Gândavo pela sua convivência entre a população indígena foi o detalhamento das tribos, incluído no capítulo XII, retratando o ritual de morte que recebiam os inimigos da tribo e o que acontecia com o cadáver após esse ritual: reservavam partes do corpo do guerreiro morto e, depois de alguns meses, celebravam outra cerimônia, na qual haveria a ingestão dessas partes do cadáver “assadas no fumo”, como mostra Gândavo (1980, p. 32). Esse fenômeno é conhecido por antropofagia, fato ignorado pelos portugueses, que, por serem católicos, viam isso como obra do próprio demônio. Porém, sabemos que os índios faziam uso de tal prática não pela ingestão por si só, mas pelo fato de que, de acordo com a sua cultura, aqueles que ingerissem as carnes de um guerreiro morto em combate absorveriam todo o poder que ali estava. Mas, como todos os hábitos culturais e religiosos dos índios foram deixados de lado pelos lusitanos, a antropofagia foi vista em seu sentido literal, como se outro ser humano fosse o alimento indígena.

CONCLUSÃO

A História do Brasil, em si, é muito complexa; no princípio, uma terra que possuía gente, que havia canonizado seus hábitos morais, culturais e religiosos, os quais, repentinamente, tiveram que ser esquecidos, pois, a partir de 1500, a terra é *descoberta* e passa a ser colônia de Portugal, e, como toda colônia, todas as ordens vinham do rei, sendo uma expansão de Portugal em outro continente.

O índio, sem dúvida, tem papel fundamental na nossa formação histórico-social até os dias de hoje, pois existem tribos que ainda preservam suas raízes, porém, com a influência dos colonizadores. Ao analisar Caminha e Gândavo, percebemos que grande parte dos índios de hoje perderam inúmeros rituais e costumes que, em 1500, eram-lhes naturais, a exemplo, o fato de viverem sem roupas. Algumas exceções estão nas tribos que ainda se ocultam das mídias e reservam consigo vários costumes ainda inexplorados.

O índio não recebeu e ainda não recebe o devido merecimento; na História do nosso país, pouco se estuda sobre sua cultura. Um fato que marca a falta de conhecimento é o



famoso jargão: “Quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral.”, Sabemos que não foi assim, pois, ao chegar nestas terras, ela era, desde sempre, habitada pelos indígenas.

Por não haver escritos brasileiros nesse período – produzidos por nativos –, tomamos como documentos, e por assim serem, verdadeiros, todo o registro que temos do Brasil, mas do ponto de vista dos portugueses, e como disse Caminha (1963), eles viam o que lhes convinha. É possível que muita coisa da História do país tenha sido encoberta ou deixada de lado, e em relação a isso, pouco podemos fazer. Esses relatos dos viajantes portugueses são, de fato, importantes, porém trazem consigo várias dúvidas, como as que foram abordadas anteriormente: se falam de uma mesma temática, como pode ser tão diferentes quando comparadas? Não sabemos. Apenas pode haver um levantamento de hipóteses, que em muitas vezes vêm sendo provadas através de descobertas históricas. A figura essencial para resolver o impasse, seria o ponto de vista do colonizado, que possivelmente traria à tona a realidade por eles vivenciada; não há relatos escritos, mas há modos de descobrir como se constituía os costumes e cultura, como exemplo, a arqueologia, que vêm sendo uma precursora para construção histórica do nosso país com essas descobertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Dominus: São Paulo, 1963. Disponível em:

http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/A_carta_de_pero_vaz_de_caminha.pdf.

Acesso em: 25/04/2015.

CASTELLO, José Aderaldo. *Manifestações literárias da Era Colonial (1500 - 1808/1836)*. São Paulo: Cultrix, 1960.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*, Belo Horizonte-MG: Itatiaia, 1980



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

KOTHE, Flavio Rene. *O cânone colonial* – ensaio. Brasília-DF: UNB, 1997.